

Percepção dos Profissionais de Segurança Pública sobre Atuação Integrada em Fortaleza-Ce

Francisco Armando Vidal

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Profa. Dra. Maria Andréa Luz da Silva

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/13310>

Resumo

Este artigo refere-se a uma etapa do estudo desenvolvido na dissertação intitulada “Políticas de integração em segurança pública: estudo sobre o modelo de segurança cidadã em Fortaleza-Ceará” (VIDAL, 2023), que partiu do interesse em investigar acerca da integração entre as forças de segurança atuantes no estado Ceará, pertencentes às esferas municipal, estadual e federal e sua importância para o processo de construção de uma segurança cidadã em Fortaleza-CE. Propôs-se compreender a percepção de gestores e operadores de segurança pública sobre a prática ou não de integração no seu cotidiano laboral. Para tanto, recorreu-se às seguintes categorias temáticas: Segurança Pública; Política Pública de Segurança; Guarda Municipal; Segurança Cidadã; Integração. O método de pesquisa utilizado tem natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, com a finalidade explicativa e exploratória, uma vez que, além da análise da literatura especializada e de documentos oficiais, como fonte, utilizaram-se dados extraídos de pesquisa aplicada com agentes de segurança, o que gerou informações mensuráveis objetivamente a respeito da percepção destes profissionais sobre a importância da integração como caminho para se alcançar uma segurança cidadã no município de Fortaleza-CE, por meio das políticas públicas de segurança. Verificou-se que, tanto pelas reflexões que o arcabouço teórico permite, quanto pelos dados objetivos coletados, as ações integradas desenvolvidas entre as forças de segurança no município de Fortaleza-CE têm contribuído ao longo do tempo para a construção de uma segurança cidadã. Espera-se, com os resultados apresentados, que esta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de segurança e para o aprofundamento em novas pesquisas sobre esta temática de grande interesse social.

Palavra-chave segurança pública; políticas públicas; guarda municipal; integração.

Abstract

This article refers to a stage of the study developed in the dissertation entitled “Policies of integration in public security: study on the model of citizen security in Fortaleza-Ceará” (VIDAL, 2023), which started from the interest in investigating about the integration between the security forces active in the state of Ceará, belonging to the municipal, state and federal spheres and their importance for the process of building citizen security in the

city of Fortaleza. It was proposed to understand the perception of public safety managers and operators about the practice (or not) of integration in their daily work. For that, the following thematic categories were used: Public Security; Public Security Policy; Municipal guard; Citizen Security; and Integration. The research method used has a bibliographical nature, with a qualitative approach, as well as an explanatory and exploratory purpose, since data extracted from interviews with public security agents were used as a source, in addition to the analysis of specialized literature and official documents, which generated objectively measurable information about the perception of these professionals about the importance of integration as a way to achieve citizen security in the city of Fortaleza, through public security policies. It was verified that, both by the reflections that the theoretical framework allows, and by the objective data collected, the integrated actions developed between the security forces in the city of Fortaleza have contributed over time to the construction of citizen security. It is hoped, with the results presented, that this research can contribute to the improvement of public security policies and to the deepening of new research on this topic of great social interest.

Key-word public security; public policy; municipal guard; integration.

Introdução

Trata-se de uma pesquisa sobre a tendência de integração entre as forças de segurança pública no Brasil, locais, estaduais e federais, observando-se a experiência do município de Fortaleza, cuja gestão da temática compete à Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (SESEC), executando-se por meio da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) e da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil (COPDC).

Há tempos questões relativas à segurança pública são discutidas e trabalhadas em todas as instâncias do poder, inclusive do municipal, em decorrência do redimensionamento da violência nas cidades brasileiras, movimento iniciado na década de 1990 no âmbito nacional. Foram realizadas diversas intervenções nesse sentido, como criação de guardas civis, secretarias e planos municipais de segurança (KAHN; ZANETIC, 2005).

Este contexto gerou intenso debate em várias esferas sobre o papel dos municípios na segurança pública. Fato é que o município tem alcançado cada vez mais um protagonismo de atuação, não apenas no âmbito da segurança, mas também em outras áreas que envolvem as questões sociais, como a educação, a saúde, a habitação, entre outros aspectos. Afinal, o cidadão deseja a solução para o seu anseio, que, no caso da segurança, traduz-se pelo medo, pouco importando quem o fará.

Diante deste processo, parece claro que, para atuar na melhoria da segurança pública no município, o gestor municipal precisa entender sobre o funcionamento, a dinâmica e a mutação da criminalidade, a vulnerabilidade em termos de violência nos territórios, tornando-se imprescindível a realização de um diagnóstico não estático da situação, indicando aspectos tais como: violência e criminalidade; programas e potenciais soluções em andamento; mapas que situem as manchas de calor criminais; indicadores de condições de vida e de vulnerabilidades sociais; georreferenciamento de equipamentos públicos e atendimentos, entre outros dados necessários para a montagem de um diagnóstico. Pois, não convém se buscar enfrentar um problema sem conhecê-lo.

Com a aprovação da Lei n.º 13.022, de 08 de agosto de 2014, as atribuições da guarda municipal ficaram mais definidas e estão muito além do que simplesmente proteger o patrimônio público. Em todo o Brasil, constata-se a sua atuação das guardas municipais em diferentes contextos: trânsito, salvamento e resgate, patrulhamentos, rondas nas escolas, segurança de autoridades e eventos, monitoramento e permanência em locais de grande circulação de pessoas, o que reforça o trabalho da polícia e tende a evitar a ocorrência de crimes, contribuindo para aumentar os fatores de proteção.

O conhecimento de como se comporta a criminalidade na cidade serve, sobretudo, para subsidiar a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Pública. Em Fortaleza-CE, este é um dos papéis primordiais desempenhados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública (SESEC), instituição criada pela Lei n.º 0137, de 8 de janeiro de 2013, com o objetivo de estabelecer políticas, diretrizes e programas de segurança cidadã no município. Assim, a Secretaria e seus órgãos vinculados, Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) e Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Fortaleza (COPDC), compõem uma instância especializada na área direcionada a diagnosticar, planejar, executar, monitorar, avaliar e reformular as políticas estabelecidas, interagindo, inclusive, com as ações que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança cidadã da cidade.

Diante do exposto, pretende-se refletir acerca dos seguintes questionamentos que envolvem o tema: Existe integração na segurança pública desenvolvida no município de Fortaleza-CE? Como se desenvolvem as práticas de integração em segurança pública entre as esferas municipais, estaduais e federais ao longo do tempo, no âmbito de Fortaleza-CE? Para buscar responder essas indagações, parte-se do objetivo geral: Investigar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais sobre a promoção da segurança cidadã em Fortaleza-CE; tendo em vista os seguintes objetivos específicos: Averiguar se existem transbordamentos positivos ou adversos associados à política de integração entre as forças de segurança em Fortaleza, a partir da visão dos gestores e operadores envolvidos; Examinar as iniciativas, os instrumentos e as ações de integração entre as agências e agentes públicos envolvidos, de acordo com os documentos oficiais; Verificar, na percepção do profissional de segurança pública do município de Fortaleza, se este considera importante a integração para a segurança cidadã no município.

Metodologia

A pesquisa apresenta natureza bibliográfica quanto às fontes, com abordagem qualitativa, com a finalidade explicativa e exploratória. Optou-se por esse método, pois, como reforça Minayo (1994, p. 22): “A pesquisa qualitativa possibilita o aprofundamento nas relações e ações humanas, fenômenos que não podem ser analisados de forma numérica”. Ainda na concepção dessa autora a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. A metodologia qualitativa prima por enfatizar as especialidades de um determinado fenômeno em termos de origem e de sua razão de ser (HAGUETE, 1987).

Além da análise da literatura especializada e de documentos oficiais, como fonte bibliográfica, utilizaram-se dados extraídos de entrevista aplicada com gestores e agentes de segurança, da qual participaram 20 membros de diversas forças de segurança municipal e estaduais (gestores e ex-gestores, guardas municipais, policiais militares e policiais civil), o que gerou informações mensuráveis subjetivamente a respeito da percepção destes profissionais sobre a importância da integração como caminho para se alcançar uma segurança cidadã no município de Fortaleza-CE, por meio das políticas públicas de segurança. Foi realizada, ainda, entrevista com gestores do Programa Municipal de Proteção Urbana (PMPU), como forma de melhor embasar o entendimento sobre este Programa.

Resultados e discussão

A partir da coleta de relatos de gestores e ex-gestores da pasta, que têm ou tiveram relação direta com a segurança pública no estado do Ceará e no município de Fortaleza, e operadores de segurança pública da polícia militar, polícia civil e guarda municipal sobre a temática de integração na segurança pública na cidade de Fortaleza-CE.

Através dos dados explorados, observaram-se: as relações entre os órgãos que compõem a segurança pública; a importância da integração órgão a órgão; a importância do compartilhamento de dados e informações; a importância da criação de um banco de dados único e disponível para todas as instituições; a importância da participação das guardas municipais na SSPDS-CE; a existência ou não, na percepção dos entrevistados, da integração de fato, ou se pode ser considerada um desafio; e, ainda, a relevância da relação de confiança entre os órgãos para o fomento da integração.

Os dados foram coletados por meio de entrevista realizadas com gestores atuais ou ex-gestores, comandantes e alguns operadores que ocuparam a frente da pasta de segurança no seu respectivo órgão ou ainda que prestaram serviço nessas pastas de 2018 até 2022.

Do município de Fortaleza-CE foram entrevistados: secretário da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (SESEC) (Entrevistado 1); coronel BMCE, 54 anos, casado, bacharel em direito, pertencente ao quadro da reserva remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará; coordenador da COPSEC/SESEC (Entrevistado 2); subinspetor GMF, 44 anos, casado, formado em segurança pública, 15 anos de serviço na GMF; diretor da GMF, inspetor GMF, 40 anos, casado, especialista em gestão municipal, 19 anos de serviço na GMF (Entrevistado 3); ex-diretor da GMF, inspetor GMF, 38 anos, divorciado, bacharel em direito/especialista em gestão pública, 19 anos de serviço GMF (Entrevistado 4); coordenador do PMPU, major BMCE, 40 anos, casado, engenheiro eletricista/mestre em climatologia, 17 anos de serviço (Entrevistado 5); ex-comandante do Grupo de Operações Especiais (GOE), inspetor GMF, 43 anos, casado, engenheiro de pesca, 19 anos de serviço GMF (Entrevistado 6); guarda municipal, 38 anos, casado, ensino médio, 7 anos de serviço GMF (Entrevistado 7); guarda municipal, 32 anos, solteira, formada em psicologia, 5 anos de serviço GMF, com atuação na COPCOM (Entrevistado 8).

Da polícia civil foram entrevistados: ex-delegado geral da polícia civil, 57 anos, casado, bacharel em direito, 37 anos de serviço (Entrevistado 9); delegado que foi coordenador da COPOL/SSPDS-CE, 45 anos, casado, bacharel em direito, pós-graduado em direito penal e processual penal, 14 anos de polícia civil (Entrevistado 10); policial civil, inspetora PCCE, 39 anos, em união estável, bacharel em direito, geografia, especialista em abordagem interdisciplinar em síndrome de Down, 5 anos de PMCE e 9 anos de PCCE (Entrevistado 11); policial civil, escrivã PCCE, 46 anos, casada, nível superior, 17 anos de serviço na polícia civil (Entrevistado 12); policial civil, inspetor de polícia civil, 40 anos, casado, mestre, 16 anos de serviço na polícia civil (Entrevistado 13); policial civil, 42 anos, solteiro, historiador, 16 anos de polícia civil (Entrevistado 14).

Da polícia militar foram entrevistados: coordenador da COPAC, major PMCE, 45 anos, separado, mestre, 24 anos de polícia (Entrevistado 15); policial militar, major PMCE, 58 anos, casado, pós-graduado em Administração, MB em técnica de programação, 30 anos de serviço, responsável pelas operações integradas na época de criação do PMPU (Entrevistado 16); policial militar, soldado PMCE, 32 anos, casado, pós-graduado em segurança pública, 5 anos de serviço na PMCE (Entrevistado 17); policial militar, soldado PMCE, 30 anos, solteiro, ensino médio, 5 anos de serviço na PMCE (Entrevistado 18); policial militar, soldado PMCE, 32 anos, casada, nível superior, 5 anos de corporação (Entrevistado 19); policial militar, uma soldado, 28 anos, solteira, nível médio, 5 anos de corporação (Entrevistado 20).

Ressalta-se que os 20 entrevistados foram ou são atuantes no território que tem interseção com a área do PMPU. As entrevistas foram feitas de forma presencial gravada, videoconferência gravada e por pergunta/resposta via aplicativo de mensagem (que mantém a gravação no próprio aplicativo).

A escolha do público a ser entrevistado foi baseada no critério de atuação territorial, ou seja, buscou-se, exclusivamente, pessoas que desenvolviam ou desenvolveram as suas atividades nos territórios onde o município tem atuação direta na segurança pública, ou, ainda, pessoas que de alguma forma têm relação com essa atuação municipal.

Buscou-se, também, dividir quantitativamente a participação entre as 3 instituições pesquisadas, tendo sido entrevistados 6 membros de cada uma dessas instituições, a saber: GMF, PMCE e PCCE; e, ainda, 2 gestores que atuam na SESEC e que não são pertencentes ao quadro da GMF. A importância de se apresentar o perfil destas pessoas para a entrevista dá-se por desenvolverem suas atividades em um território comum ou participam de alguma forma de ações, planejamentos e decisões que envolvem esse território.

Observando as falas dos entrevistados, realizou-se a análise da relação entre a temática integração e a sua atuação no município de Fortaleza-CE, e verificou-se que o sistema de classificação é interdisciplinar entre a organização das instituições de segurança pública, governança e administração pública, conforme exposto no tópico a seguir.

O termo integração não recebeu questionamento, deixando transparecer que havia clareza sobre o que estava sendo tratado. Acerca da participação do município na integração com as outras instituições de segurança pública, relatou-se que esse processo se iniciou no ano de 2005 e teve sua ampliação e fortalecimento com o PRONASCI e o GGIM.

Uma observação importante é que depois do período de vigência do PRONASCI, o GGIM foi mudando aos poucos o seu formato de reunião, ficando mais espaçadas, sendo novamente intensificado em 2018 com a implantação do PMPU em sua primeira fase. Resta lembrar que sempre houve integração entre as instituições de segurança em grandes eventos em Fortaleza-CE.

Para o Entrevistado 02, pode-se falar em três instâncias de integração. A primeira faz referência ao que ele chama de instância governamental/política, segundo a qual, na prática vivenciada em Fortaleza-CE, materializou-se por repasse de dados, de recursos financeiros e humanos do estado para o município. A segunda diz respeito à integração no âmbito institucional, que, para o Entrevistado 02, traduz-se na integração articulada entre os gestores menores e coordenadores das pastas envolvidas. A terceira instância faz referência ao trabalho diário conjunto, que acontece constantemente e que traz seus desafios, devido às diferenças entre culturas nas instituições.

Observa-se, ainda, na fala do Entrevistado 02, que a integração entre estado e município pode ser considerada, apesar dos avanços, como pendular, com oscilações a depender de quem ocupa a cadeira da gestão, ressaltando-se que:

Nesse aspecto, a única maneira objetiva de integração são instâncias que se propõem a isso. Quando eu falo, por exemplo, que a gente tinha o gabinete de gestão integrada municipal e a gente tinha um gabinete gestão integrada estadual, se eu tenho um gabinete de gestão integrado em que o estado oferece o assento para o representante do município de Fortaleza levar demandas da segurança para serem discutidas no âmbito do estado e a partir daí ser direcionada toda uma ação conjunta que vai de encontro a esse enfrentamento, aí eu tenho de fato integração. Então, objetivamente, para a gente experimentar hoje o modelo de integração, que possa ser inclusive aprimorado, é preciso primeiro instituir instâncias legais, que se o objetivo é sinalizar essa integração, experimentar e desenvolver ações conjuntas que possam ser avaliadas, monitoradas e finalizar a representação das diversas, de diversos segmentos para que esse olhar ele seja validado ou acompanhado, não só pelo poder público, que tem uma forma de perceber o que está funcionando, mas, principalmente pela sociedade civil, que é quem valida as ações, que é quem diz e quem reconhece o que de fato está sendo feito e se atende aos interesses dessa população. E isso, esse modelo ainda não estabelecido, ainda não aprimorado, tá? Ele deve ser o modelo experimentado para que a gente possa dizer que o governo do estado, tá? E que no governo municipal encontraram um direcionamento para agir de forma conjunta na perspectiva de promover uma segurança pública de qualidade. (Entrevistado 02).

Durante a sua fala, o Entrevistado 02 deixou transparecer a necessidade de ferramenta tecnológica de compartilhamento de informação e sistema de mensuração de monitoramento e avaliação, considerando que, sem essas ferramentas, as ações ficariam espaçadas e perdidas no tempo, não servindo para a construção de um modelo ideal.

No bloco das três perguntas que analisam a importância da integração entre as instituições, indagou-se a todos os entrevistados se eles consideravam importante para o desenvolvimento de suas atividades a integração entre a sua instituição e as demais forças de segurança. Com isso, o objetivo era entender como eles viam a importância da integração entre as instituições de segurança de forma geral, se tinham receio sobre essa integração ou se não achavam necessária.

O Entrevistado 03 justificou a sua resposta, afirmando que quem ganha com a integração é a sociedade, e complementou que tem que haver a integração, seja com a polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, perícia e polícia penal.

É importante também, porque aí a gente consegue otimizar os resultados com a troca de informações e operações integradas. (Entrevistado 03).

O Entrevistado 04 reforçou a importância da integração com outros órgãos que considera de interesse da temática como:

[...] educação, saúde ou assistência social todos os órgãos trabalhando juntos a gente tem o resultado mais efetivo. (Entrevistado 04).

De modo geral, não foi observada nas falas nenhuma negatividade em relação ao teor da pergunta. Sobre a importância da integração entre guarda municipal e polícia civil, todas as respostas também foram afirmativas. Foi mencionado, inclusive, mais de uma vez, que um trabalho depende do outro.

O Entrevistado 09 afirmou que, de acordo com a sua longa experiência como delegado e delegado geral, por diversas vezes, crimes são solucionados a partir de informações repassadas por guardas municipais. Segundo ele a guarda municipal:

Faz um papel de serviço mais ostensivo, ela tá constantemente em contato com a população. Exatamente através desses contatos é que surgem as informações que muitas das vezes um pedacinho dessa informação que é repassada pela guarda ela consegue fechar um raciocínio dentro de uma investigação, exatamente daquele pedaço de informação que tava faltando. (Entrevistado 09).

Observou-se, também, que alguns entrevistados não têm conhecimento claro e objetivo sobre as funções das guardas municipais trazidas pela Lei Federal n.º 13.022 de 2014. Alguns ainda consideram que a função desempenhada pelas guardas seja ainda apenas patrimonial.

Foi ressaltada a importância de trabalhos feitos conjuntamente entre as duas instituições citadas (Entrevistado 10), principalmente, a colaboração da GMF em relação a informações de inteligência, que auxiliou a polícia civil a desvendar autores de ameaças, inclusive, contra um GM (Entrevistado 16).

Um ponto que foi observado é que entre alguns dos entrevistados houve relatos espontâneos sobre achar ser mais fácil o desenvolvimento de atividades conjuntas entre guardas municipais e policiais civis, justificando-se pela:

[...] não concorrência na execução do serviço ostensivo (Entrevistado 16).

A fala do entrevistado citado acima baseia-se na já desgastada discussão sobre a atuação ostensiva das guardas municipais e a sua não inclusão no artigo 144 da Constituição Federal. Resta lembrar que, juridicamente, cabe e sempre vai caber interpretação de ambos os lados da questão.

Um ponto importante destacado pelo Entrevistado 03 foi o trabalho conjunto entre o:

Grupo Especializado Maria da Penha, junto também com a Delegacia de Proteção da Mulher, a gente tem uma troca de informações, além dos encaminhamentos e uma tratativa diferenciada. Quando a gente tem esse contato mais aproximado, né? e a polícia civil em geral até para facilitar os procedimentos que são feitos em delegacia e também pela troca de informações que a gente tem é que acontece rotineiramente. (Entrevistado 03).

A importância da integração entre a guarda municipal e polícia civil é um ponto pacificado entre os entrevistados. Quatro deles citaram, cada um à sua maneira, porém, com a mesma conclusão, que boa parte do trabalho desenvolvido na rua termina obrigatoriamente numa delegacia (Entrevistados 03, 06, 07, 08).

É fato que guarda municipal e polícia militar em Fortaleza têm desenvolvido um trabalho integrado, respeitadas as diferenças institucionais, a relação entre as duas instituições tem sido amistosa. Foi bem pontuada nas falas a semelhança no serviço prestado e foi reafirmada a concordância positiva entre todos os entrevistados sobre a importância da integração entre GMs e PMs, cabendo apontar que vários deles citaram a afinidade do serviço e a importância da atuação conjunta dentro do município de Fortaleza-CE.

De forma geral, as respostas foram congruentes, sendo observada apenas uma fala diferente das demais: o Entrevistado 16 concordou com a importância da integração entre guarda municipal e polícia militar em Fortaleza-CE, no entanto, segundo a sua experiência, ele observava alguma resistência nessa integração.

Na sequência, no roteiro da entrevista, aplicou-se um pequeno bloco de perguntas, cujo objetivo foi verificar a percepção dos entrevistados sobre a importância da integração na produção, compartilhamento e acesso de dados por todas as instituições. Quando questionados sobre a importância do compartilhamento de dados entre as forças de segurança pública, mais uma vez todos foram unânimes na resposta afirmativa.

Compartilhamento de informações significa trabalhar num processo de valores, que serão repassados às partes envolvidas, afirmou o Entrevistado 16. Por sua vez, o Entrevistado 11 disse:

Sim, pela finalidade principal do serviço público, que é o bem coletivo, o compartilhamento de informações é capaz de elucidar fatos, além de ser benéfico a presunção da inocência, dando subsídios ao não cometimento de injustiças. (Entrevistado 11).

É possível observar nas falas que cada um expõe a sua esfera de atuação, raramente adentrando na esfera do outro. O consenso sobre a importância do compartilhamento de dados entre as forças de segurança pública é representado nas falas de todos.

O Entrevistado 01 afirmou que esse compartilhamento é importante para a construção de diagnósticos, para o planejamento das ações e para a tomada de decisões. O Entrevistado 06 concordou com essa opinião e complementou afirmando que o compartilhamento de dados tem a finalidade de nortear as ações das instituições. O mesmo

evidenciou que os dados são produzidos por diversas instituições e que o somatório constrói o todo necessário para o bom desempenho das atividades na segurança pública.

Alguns outros entrevistados apontaram como importantíssimo esse compartilhamento de dados, justificando que na segurança pública informação é “tudo”. A integração tem que ser funcional, afirmou o Entrevistado 15, fazendo referência à necessidade real de simplificação dos mecanismos de integração. De maneira complementar a esse pensamento, posicionou-se o Entrevistado 04:

[...] os dados concretizam e concentram o acumulado das instituições [...] (Entrevistado 04).

Observa-se, na fala de alguns dos participantes, uma preocupação no sentido de cuidado com esse compartilhamento, como no caso da citação abaixo, favorável ao compartilhamento de dados:

De informações, de sistemas, dentro desse princípio da confidencialidade, dentro do que rege a lei geral de proteção de dados. Mas é muito importante, inclusive a GMF, através da SESEC, ela fez um protocolo de intenções com essas guardas da RMF, exatamente dentro desse viés de compartilhar, de compartilhar e de ter acesso a essas imagens, esses dados de um e de outro município dentro da RMF. (Entrevistado 09).

Percebe-se novamente o consenso entre as opiniões. Dessa vez, sobre essa necessidade de compartilhamento de dados entre as instituições de segurança pública. Observa-se, na fala transcrita abaixo, que há:

Às vezes alguma resistência, não é pessoal, mas resistência institucional, em compartilhar informações e isso prejudica o trabalho operacional. (Entrevistado 04).

Aprofundou-se nesse mesmo bloco o interesse pela integração de dados, questionando se havia de fato esse compartilhamento que todos consideravam importante. É notório nas falas dos entrevistados que, entre as forças de segurança pública do próprio estado do Ceará, essa prática já é trabalhada há algumas décadas. Segundo os entrevistados, já existe sim essa cultura dentro do próprio Estado.

No estado Ceará já é tradicional a troca de informações e dados entre as forças de segurança, obviamente, em nível de inteligência, uma vez que o desejo de todas essas instituições é trazer segurança e paz social, inclusive, antecipando as ações a uma possível prática de crime. (Entrevistado 10).

Analisando a fala do Entrevistado 15, observa-se que ele concorda com a citação acima, quando reafirma que: entre os órgãos do estado é satisfatório, mas entre estado e prefeitura nem tanto.

Entre os entrevistados que pertencem ou pertenceram ao quadro do estado, por mais que reconheçam o avanço que vivenciam em relação à temática integração e compartilhamento de dados e informações, não há consenso, como é o caso do relato do

Entrevistado 12, que informa que a CIOPS capta e repassa muitas informações entre as polícias, mas, mesmo assim, ainda tem informações que deixam a desejar.

[...] algumas informações que são meio, que assim, essa parte da inteligência não é tão assim divulgado [...]. (Entrevistado 12).

Através da análise da fala do entrevistado 16, destaca-se que ele afirma não conhecer se de fato existe, em sua completude, a integração de informações. O entrevistado em questão observou, ao longo de sua carreira, alguns casos de contenção da informação:

[...] a informação é minha, eu quero descobrir, digamos assim, uma informação de inteligência eu quero ali chegar e ter os aplausos, tipo assim. (Entrevistado 16).

Sobre a questão do compartilhamento de dados entre o estado e o município, as percepções foram variadas, por vezes, divergentes, variando de acordo com o cargo ocupado e com a forma como o nível de acesso aos dados chega até o entrevistado.

Para o Entrevistado 09, existe sim o compartilhamento e é satisfatório, uma vez que a prefeitura tem assento na CIOPS, dá a sua contribuição e usufrui de toda a coordenadoria. O Entrevistado 01 concordou com a fala acima e afirmou que esse compartilhamento é levado muito a sério e que a SESEC busca a unicidade de dados para que se evite o uso de dados diferentes dos que são usados pelo estado.

Há que se destacar uma observação a respeito do compartilhamento de informações e dados:

Sabemos que antigamente existia um alinhamento em que tínhamos acesso a essas informações, mas que hoje não contempla realmente em sua plenitude. (Entrevistado 06).

Na citação abaixo há, claramente, uma concordância e uma complementação do pensamento citado acima:

Existe, mas não é pleno. Por parte [...] pelo menos, né? Por parte do Governo do Estado é algumas informações e sistemas que seriam interessantes para Guarda Municipal de Fortaleza utilizar no seu trabalho diário de segurança nos eram negados por questões mesmo de estratégia da secretaria de segurança do estado. Mas, com certeza se nós tivéssemos acesso ao sistema a gente poderia trabalhar melhor ainda. (Entrevistado 04).

Percebe-se, pela fala do Entrevistado 02, que para o governo municipal encontrar um direcionamento para agir de forma conjunta na perspectiva de promover uma segurança pública de qualidade, precisa estabelecer uma estrutura definida, com pessoas empenhadas, dedicadas a essa atuação e com a capacidade de integração prática:

[...] e aí eu tô falando de ação conjunta, de ferramenta tecnológica, de compartilhamento de informação e sistema de mensuração de monitoramento e avaliação. (Entrevistado 02).

Sobre o questionamento se o entrevistado considera necessária para a integração entre as forças de segurança pública que atuam em Fortaleza-CE a criação de um banco de dados que seja acessível a todas as instituições, o posicionamento dos entrevistados foi pacífico, com pequenas ressalvas, por exemplo, sugerindo que haja o controle dos níveis de acesso de acordo com a competência de cada órgão (Entrevistados 01, 03), sendo citada a plataforma criada pelo Governo Federal na SENASP (Entrevistado 03).

De forma genérica, os entrevistados afirmaram que acham muito importante esse banco de dados ser acessado por todos. O Entrevistado 04 considera a ideia excelente, devido à resistência apontada por ele por parte do estado para o acesso pleno ao seu banco de dados, afirmando, inclusive, que a GMF poderia complementá-lo.

Neste sentido, houve concordância entre o Entrevistado 06 e o Entrevistado 04:

Se houver um banco único utilizado por todas as forças policiais, poderíamos direcionar as políticas e investimentos com mais eficiência. (Entrevistado 06).

O Entrevistado 12 citou a importância de uma ação como esta, exemplificando que a necessidade se faz em nível nacional, uma vez que aponta dificuldades de realizar procedimentos quando os envolvidos são de outros estados da Federação. O Entrevistado 10 citou a importância da criação de um banco de dados ser feita oficialmente com a existência de instrumentos jurídicos necessários para a consolidação da ação.

Diferentemente das respostas acima, o Entrevistado 15 trouxe a informação de que, na sua opinião, não há necessidade da criação de um banco de dado único. Ele argumenta que já existe Big Data, capaz de acessar todos os bancos de dados, extrair e direcionar informações para onde for necessário, não necessitando, portanto, que as informações estejam armazenadas em uma única plataforma.

Sobre este ponto da pesquisa, cabe um destaque feito pelo Entrevistado 05, que informou que a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) está formatando um Centro de Gestão Integrada de Videomonitoramento, no qual pretende agrupar todas as informações necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades, com um olhar tão amplo e com tantos dados e informações do que acontece nos territórios.

Sabe-se que a informação é a principal ferramenta para que a segurança pública faça uma gestão baseada em estratégias. Essa premissa foi a motivadora dos sistemas de registros dos dados relativos à incidência criminal, e da própria atuação das forças de segurança pública. Como consequência, obteve-se um montante significativo e diversificado dessas informações.

Entende-se que, durante muito tempo, os sistemas de registros foram personalizados, construídos por cada órgão com a sua especificidade e necessidade, não sendo criados para serem integrados com os demais órgãos. Entende-se, outrossim, isso como um desafio que precisa ser posto em discussão e vencido.

Ao que tudo indica, para que se consiga implementar a integração proposta: nos planos de segurança do governo federal, nas intenções do governo estadual e nos programas do governo municipal, o desenvolvimento de um sistema que integre ou que visite os outros sistemas de informações de segurança pública precisa ser utilizado para que se possa garantir que a informação seja usada nos níveis estratégico, tático ou operacional, de forma ampla, ágil e eficiente.

O próximo questionamento se deu de maneira isolada dos demais blocos, a fim de se verificar a opinião dos entrevistados especificamente sobre a participação das guardas municipais diretamente na SSPDS. Tal questionamento justifica-se por essas instituições estarem presentes em 86 dos 184 municípios existentes no Ceará, cujo efetivo somado é maior que o efetivo atual da polícia civil no Ceará.

A maioria dos entrevistados respondeu que é importante para integração a participação das guardas municipais na SSPDS. Para alguns, a pergunta foi uma surpresa e informaram que nunca tinham pensado nisso, mas concordavam. Também houve discordância, como no caso dos Entrevistados 14 e 18, que não viram necessidade dessa representatividade. O Entrevistado 01 concordou com integração em suas diversas faces, no entanto, pontua uma pequena ressalva de não haver a necessidade de um assento direto, mas sim de se estar junto nas decisões.

Outra opinião aponta que isso já acontece, uma vez que a GMF ocupa um lugar na CIOPS e esta faz parte da estrutura da SSPDS (Entrevistado 09). Para o Entrevistado 06, a importância se dá não só em as guardas municipais comporem juntos a Secretaria do Estado, mas também a necessidade de uma composição em nível federal.

Nesta perspectiva, o Entrevistado 04 apresentou a sua opinião, acreditando que seria interessante ter um representante das guardas municipais na SSPDS-CE, até porque hoje a guarda municipal está inserida na segurança pública de maneira legal.

A indagação sobre a participação das guardas junto à SSPDS-CE foi pensada com a finalidade de se coletar a percepção dos agentes a este respeito, enquanto sujeitos, operadores da área, e, ao que parece, o questionamento sobre esse ponto específico trouxe novidade para os participantes. Constatou-se que é um assunto ainda pouco debatido entre eles a participação das guardas em espaço de decisão nos assuntos de segurança pública junto ao estado. Ao longo dessas várias décadas de existência da SSPDS-CE, não houve relato de guardas ocupando algum espaço estratégico. No entanto, o contrário é concebido: diversos agentes pertencentes ao estado ocuparam e continuam ocupando espaço no município de Fortaleza.

Observou-se que na SSPDS-CE, ocupando os principais cargos de gerência e coordenação, encontram-se alguns membros da segurança pública federal, porém, em sua maioria, são membros estaduais. Com isso, entende-se que esse espaço é de representação e poder e que quem já o ocupa não tem interesse que ele seja dividido.

O penúltimo bloco busca verificar se realmente há integração entre as forças de segurança pública no Ceará, em que medida essa integração se dá, ou se ainda é um desafio a ser rompido. A pergunta foi direta e as respostas automaticamente já responderam a próxima questão. Diante da pergunta se existe integração das instituições de segurança pública no Ceará, todos informaram que existe.

Neste sentido, o Entrevistado 15 afirmou que o Ceará tem a estrutura de segurança pública mais integrada do país. Ressaltou que, inclusive, a formação se dá dentro do mesmo espaço físico de todos os policiais do estado. Colaborando com o Entrevistado 15, o Entrevistado 09 disse que isso foi iniciado na década de 90, quando foram feitos um diagnóstico e um planejamento de integração entre as forças de segurança do estado.

Essa percepção de integração permeia a fala de todos os entrevistados, tanto do município como do estado, tanto gestores como operadores que atuam na rua. A ressalva veio por parte do Entrevistado 04, que afirmou acreditar que a integração operacional (que é o foco da próxima pergunta) se sobressai em relação à integração institucional, que para ele poderia ser mais efetiva e necessita de avanço nessa pauta.

O Entrevistado 01, por sua vez, destacou que no município, semanalmente, são realizadas reuniões de integração entre diversos órgãos, secretarias municipais e estaduais, para tratar de todos os problemas comuns para execução de soluções no decorrer da semana, reforçada pelo Entrevistado 10.

Parece ser pacífico, portanto, esse ponto sobre a existência de integração entre as forças de segurança, já que os demais entrevistados deram respostas bem parecidas nesse quesito. Sobre a existência de integração operacional, as respostas dos participantes foram quase unânimes e muito parecidas, cabendo uma ressalva por conta do Entrevistado 12, que disse que a integração acontece de forma pontual. Segundo a sua opinião, as polícias ainda trabalham de forma paralela, reunindo-se quando acontece algo mais grandioso, mas que, no dia a dia, são mais separadas.

No Ceará, através da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-CE), existe intensa integração operacional de ações de segurança coordenadas pela Coordenadoria Integrada de Planejamento Operacional de Segurança (CIOPS) deste órgão (Entrevistado 10). Exemplos diversos foram citados pelos entrevistados com ações pertinentes ao campo direto da segurança pública, como também a campos intersetoriais, como na fala a seguir:

A guarda municipal tá operando integrada com órgãos do Estado órgãos do Estado como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, [...] Batalhão de Polícia Ambiental da PM, trabalhar com a agência de fiscalização de Fortaleza [...] com diversas vigilâncias sanitárias, tanto do estado do município. Sempre tendo esse binômio estado e município trabalhando de maneira integrada nas operações das vinculadas do estado e do município. (Entrevistado 01).

As demais falas se aproximam em sua essência, principalmente entre os operadores de rua. Essa percepção sobre a integração operacional entre as forças é um ponto pacífico. Eles demonstraram que essa prática é constante e comum, cada um respeitando suas competências.

O processo de integração entre as forças de segurança pública no estado do Ceará teve início nos anos 90, quando foi implantada uma reforma estrutural e administrativa que minimamente envolvia a comunidade. Houve uma renovação tecnológica e metodológica que unificou os comandos das forças de segurança pública.

As percepções dos entrevistados variam de acordo com o nível e função que exercem. Nas falas dos gestores observamos que o entendimento sobre esse ponto é de que está satisfatório ou em processo de melhoria constante. Entre os operadores das forças de segurança do estado, a percepção é a de que precisa e pode melhorar. Já a percepção dos operadores municipais em relação ao estado é a de que existe a integração, pode ser melhorada, e, como ponto crítico, é apontado o modelo de gestão que ora integra, ora não.

Observou-se, ainda, que as ações conjuntas são episódicas, eventuais, entretanto, elas deveriam partilhar um mesmo plano estratégico de ações integradas e deveriam ser institucionalizadas.

O último ponto abordado diz respeito à confiança entre as instituições e a pergunta foi se a boa relação estimula a confiança entre as instituições. Todos responderam que sim, que era primordial poder confiar no outro.

O Entrevistado 04 afirmou que só se confia em quem se conhece, que muitos gestores ainda não têm pleno conhecimento do papel das guardas municipais, e que esse era o motivo de algumas restrições em relação às guardas.

Neste sentido de concordância com o tema proposto, o Entrevistado 01, sobre confiança e integração, disse que ela é fundamental, pois confiança e boa relação andam juntas e elas têm que existir em todos os níveis: estratégico, tático e operacional, já que são responsáveis pelo sucesso ou o fracasso da integração. Em síntese, as falas dos demais entrevistados demonstram que, com a confiança e a boa relação entre as instituições, quem ganha é a sociedade.

Verificou-se que, de forma geral, os entrevistados consideram importante para a integração a parceria entre a guarda municipal e polícia civil, e, ainda, a parceria entre polícia militar e guarda municipal. Entre as polícias, no caso parceria entre a civil e a militar, parece que isto já é um ponto pacificado e não gera novidade entre os entrevistados. A novidade é manifestada quando, de alguma forma, é colocada em foco a segurança municipal.

É fato que GMF sempre atuou diretamente com a polícia militar em Fortaleza, sempre desenvolveram um trabalho integrado, pois, respeitadas as diferenças

institucionais, a relação entre as duas instituições sempre foi amistosa. Também é fato a boa parceria entre GMF e PCCE e isto foi bem pontuado nas falas dos entrevistados.

No município de Fortaleza a integração com as demais forças de segurança pública parece estar avançando. Percebeu-se, pelas falas, a importância da atuação conjunta das forças de segurança pública. Assim como também ficou transparente que, na percepção geral dos entrevistados, ainda há alguma resistência na efetivação dessa integração.

Sendo uma área de elevada importância para todos, segurança pública não pode trabalhar sem integração. Em todos os planos de segurança observados na própria lei de criação do SUSP há fortemente a presença dessa temática, e neles se buscam mecanismos de atrelar uma coisa à outra. Assim, a segurança precisa se apoderar de mecanismos modernos, instrumentos, métodos e técnicas que promovam melhorias e eficiência na atuação essa temática tão importante que é a integração, o compartilhamento de informações e dados.

Resta claro que a participação das guardas junto ao órgão gestor da segurança pública do estado é um ponto que carece de atenção e que merece ser melhor desenvolvido. Os entrevistados abordaram a instabilidade nas políticas públicas, no modelo de gestão e nas práticas ligadas à segurança pública. Isso pode representar um ponto sensível nessa construção da integração em longo prazo. Podem ser destacados dois pontos principais: o modelo de gestão com políticas e ações de segurança que se moldam à vontade do gestor, e, dessa forma, não há como uma política se tornar perene. Outro ponto seria o nível mais pessoal, que tornam as práticas mais integradas ou não, a depender do grau de amizade e cumplicidade entre os atores.

Apontou-se também nas entrevistas a necessidade de o município de Fortaleza-CE publicizar mais suas ações, seus programas, seus feitos. Ao estado competiria estabelecer em lei critérios objetivos de integração.

Considerações finais

Verificou-se, pelas reflexões baseadas nos dados coletados, que as ações integradas desenvolvidas entre as forças de segurança no município de Fortaleza-CE têm contribuído ao longo do tempo para a construção de uma segurança cidadã. Espera-se, os resultados apresentados, que esta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de segurança, sobretudo, no que diz respeito à integração, e para o aprofundamento em novas pesquisas sobre esta temática de grande interesse social.

No entanto, ao longo da investigação, observou-se que, para o processo de integração das instituições que atuam na segurança pública se efetive, faz-se necessário identificar as adversidades, a análise dos pontos críticos geradores das maiores dificuldades de um planejamento que favoreça o pleno desenvolvimento da integração.

Entre alguns destes pontos críticos, aponta-se o fato de que o governo federal oferece pouco incentivo para financiamento e integração das políticas públicas de segurança, principalmente para os municípios.

Observou-se, ainda, que, por parte dos governos que estiveram à frente do executivo do estado do Ceará, houve um esforço considerável de integrar seus próprios órgãos de segurança, e, às vezes, ousar operacionalizar essa integração com as demais secretarias, municípios e governo federal.

Porém, um ponto que apresenta fragilidade no processo de integração é o fato de que o governo estadual não articula, por meio de uma estrutura unificada, a segurança municipal exercida nos municípios com as instituições presentes em 86 dos 184 municípios cearenses, cujo efetivo total hoje contabiliza 5.342 agentes. A pesquisa realizada revelou que, por parte dos entrevistados, operadores que atuam na segurança pública no estado do Ceará, a representação dessas instituições na SSPDS poderia ser um fator que influenciaria a ocorrência, de fato, da integração.

As guardas que atuam nesses municípios, por vezes, necessitam de apoio que poderia ser fornecido pelo estado, caso houvesse uma política voltada para integrar esse setor. A SESEC, por sua vez, tomou a dianteira nesse processo de articulação e integração entre as guardas municipais do Ceará e celebrou um protocolo de intenções, com o objetivo de estimular a cooperação entre os municípios participantes. Com isso, passou a favorecer o desenvolvimento de ações preventivas integradas no âmbito da segurança pública municipal, voltadas para a construção de um consórcio entre esses municípios e a criação de um fundo comum para financiamento diversos, como aquisição de equipamentos, capacitação, regulamentação de procedimentos internos, passando por planos operacionais até ações integradas entre guardas. Até o ano de 2022, 14 guardas municipais já haviam assinado o documento. Isso traz luz a um desafio que poderia ser trabalhado com mais eficiência com o apoio estadual, através da SSPDS-CE.

Traçando uma analogia com o planejamento adotado no Pacto por um Ceará Pacífico, que está dividido em três níveis: estratégico, tático e operacional, segundo o Decreto n.º 31.787/2015, observa-se que a integração entre os municípios cearenses com presença de guardas municipais acompanha processo semelhante. Assim, pode-se considerar que, no nível estratégico, no qual são formuladas as políticas públicas de segurança, por parte do governo federal, está ocorrendo um avanço, embora lentamente. Entre o estado do Ceará e o município de Fortaleza esta integração tem se comportado de maneira flutuante, intermitente, variando conforme os perfis dos gestores que ocupam as pastas.

Em nível tático ou gerencial, que difere do nível estratégico, no entanto, deve-se: enxergar todas as áreas por uma macrovisão, realizar análises e colocar em prática as ações necessárias para alcançar os objetivos em longo prazo, definidos pela gestão estratégica. Percebe-se uma boa relação entre a União e o município de Fortaleza, no que compete à execução dos acordos firmados. Por sua vez, entre o estado do Ceará e município de Fortaleza, há alguns desgastes na execução do que foi acordado, uma vez que se aproximam e se afastam de uma resolução, dependendo de contextos políticos, principalmente, no que tange ao compartilhamento de informações. Sobre a relação neste nível entre Estado e União não são observadas grandes dificuldades.

O terceiro e último nível, o operacional, representa a instância em que seriam executados os planejamentos práticos, seria a materialização de tudo o que foi pensado e coordenado. Pela pesquisa realizada, percebe-se na fala dos participantes que, no geral, há uma boa convivência entre os operadores de segurança, existindo eventuais desavenças, ocasionadas por problemas pessoais ou qualquer outro motivo contornável.

Evidentemente, em todos esses níveis levam-se em conta alguns aspectos que são importantes, por exemplo, as diferentes culturas das instituições de segurança pública que influenciam e limitam o processo de integração. Mais um ponto que pode ser destacado é sobre as atribuições e a concorrência entre as instituições, como seus membros percebem isso e como permitem que essa percepção influencie na execução das atividades integradas entre si. Outro fator limitador de integração de forma geral é o compartilhamento de informação e dados entre as instituições, principalmente, quando difere a esfera de governo.

Uma vez identificados os obstáculos, é preciso um esforço conjunto no sentido de se pensar formas de transpô-los. Por tudo o que foi apresentado, parece claro que, entre estado do Ceará e o município de Fortaleza, existem ações integradas entre os diversos órgãos que compõem as pastas de segurança pública. Notadamente, esta aproximação se torna mais positiva quando diz respeito à parte de desenvolvimento de atividades operacionais e na relação amistosa entre operadores, com alguns problemas na formulação prática da integração de políticas públicas de segurança, no compartilhamento de dados e na integração de sistemas.

O fortalecimento de instrumentos de gestão integrada, como os exemplos do GGIM e do GGIE, assim dos conselhos de segurança, principalmente os que preveem a participação popular, parece ser um ponto chave para fortalecer o caminho da integração e para o debate entre gestores com competência para a tomada de decisões e as demais instâncias. É importante, também, o estabelecimento de metas bem definidas, que sejam comuns aos

integrados e que sejam viáveis de alcance, exequíveis, como compartilhamento de dados que são primordiais para o planejamento dos respectivos órgãos.

Como pretensa resposta à indagação inicial deste trabalho se “existe integração na segurança pública desenvolvida no município de Fortaleza-CE?”, foi observado: que há relações entre os órgãos que compõem a segurança pública; que é importante a integração entre eles; que o compartilhamento de dados e informações é fundamental; que é necessário criar um banco de dados único e disponível para todas as instituições; que é importante a participação das guardas municipais na SSPDS-CE; que ainda é um desafio constante a integração, na percepção de parte dos entrevistados; e que é relevante haver confiança entre os órgãos para o fomento da integração.

Quanto aos objetivos traçados no escopo da pesquisa, foram atendidos os objetivo geral de “Investigar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais sobre a promoção da segurança cidadã em Fortaleza-CE”; bem como os objetivos específicos: “Averiguar se existem transbordamentos positivos ou adversos associados à política de integração entre as forças de segurança em Fortaleza, a partir da visão dos gestores e operadores envolvidos”, uma vez que foram apontados desde a realização da integração no âmbito operacional, como as limitações no compartilhamento de informações importantes no nível gerencial; “Examinar as iniciativas, os instrumentos e as ações de integração entre as agências e agentes públicos envolvidos, de acordo com os documentos oficiais”, com a discussão das iniciativas vivenciadas pelos atores entrevistados; e, finalmente, “Verificar, na percepção do profissional de segurança pública do município de Fortaleza, se considera importante a integração para a segurança cidadã no município”, cuja resposta foi majoritariamente positiva, no sentido de reconhecer a necessidade se fortalecer cada vez mais este processo.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei n.º 13.022, de 8 agosto de 2014.** Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CEARÁ. Ceará Pacífico Movimento pela Vida. **Ceará Pacífico em Ação: matriz de acompanhamento.** Fortaleza: Seplag, 2017. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wpcontent/uploads/2017/12/CP_Livro3_Ceara%CC%81-Paci%CC%81fico-emAc%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2022.

FORTALEZA. **Lei Complementar n.º. 0137,** de 08 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza e dá outras providências. Diário Oficial do Município n.º 14.952, de 08 de janeiro de 2013.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

KAHN, Túlio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública.** Brasília: Ministério de Justiça, 2006. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MINAYO, M. C. de S. et al. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VIDAL, Francisco Armando. **Políticas de integração em segurança pública: estudo sobre o modelo de segurança cidadã em Fortaleza-Ceará.** [recurso eletrônico]. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais

Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas -
Profissional, Fortaleza, 2023.